

Designação da Ação: Flexibilidade Curricular: Vantagens e Desafios

Modalidade: Curso de formação

Duração: 25 horas presenciais

Destinatários: Professores dos Ensinos Básico e Secundário

Área de formação C - Formação educacional geral e das organizações educativas

Registo de acreditação: CCPFC/ACC-103978/19

Razões justificativas da ação:

A recente generalização do projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (DL nº 55/2018, de 06 de julho) coloca às escolas e aos professores importantes desafios, nomeadamente: i) a assunção de um maior protagonismo na gestão curricular, tornando-se co-decisores curriculares capazes de opções relevantes; ii) a opção por estratégias pedagógico-didáticas que potenciem o envolvimento e a responsabilização dos alunos no processo educativo, em consonância com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Faz parte do projeto da ESE-IPP dar o seu contributo para a formação contínua dos professores, no sentido de promover o desenvolvimento das escolas e apoiar a implementação das inovações curriculares nas escolas básicas e secundárias.

Objetivos:

1. Conhecer as alterações decorrentes do DL 55/2018 e adquirir suportes teóricos e metodológicos que facilitem uma operacionalização raciocinada das medidas previstas no DL.
2. Compreender o currículo como substância da escola, mediador da sua relação com a sociedade.
3. Refletir sobre a relação do aluno com o saber e o papel do professor.
4. Discutir os novos papéis da escola e dos professores na gestão curricular, identificando as opções curriculares a fazer, ao nível institucional, grupal e individual.
5. Reconhecer a complementaridade entre disciplinas e as metodologias ativas como fatores promotores de mais e melhores aprendizagens.
6. Situar a avaliação no contexto do processo educativo, maximizando o seu papel eminentemente formativo.

Conteúdos:

1. Currículo e funções sociais da escola.

- 1.1. O saber, o aluno e o professor.

2.A gestão curricular como processo de tomada de decisões.

- 2.1. Currículo e níveis de decisão curricular: central, institucional, grupal, individual.
- 2.2. Gestão curricular: papel da escola e do professor – campos de decisão curricular.
- 2.3. Contextualização, diferenciação e articulação curriculares.
- 2.4. Equipas educativas e cooperação docente.

3. Currículo prescrito e opções curriculares de escola, segundo o DL 55/2018.

- 3.1. Princípios do DL 55/2018.
- 3.2. Documentos de orientação curricular: Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, Aprendizagens Essenciais, Programas, Metas, Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril (Avaliação das Aprendizagens).
- 3.3. Opções curriculares de escola: paradigma educativo; gestão flexível das cargas horárias das matrizes curriculares-base; Oferta Complementar através da criação de novas disciplinas no ensino básico; acesso a diversos domínios da educação artística; Oferta a todos os alunos da componente de Cidadania e Desenvolvimento.

4. Currículo integrador e sua relação com o trabalho de natureza disciplinar, multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar.

- 4.1. Os Domínios de Autonomia Curricular (DAC).
- 4.2. Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

5. Avaliação das aprendizagens.

- 5.1. Avaliação formativa e formadora – avaliar para aprender.
- 5.2. A relação entre a avaliação formativa e a avaliação sumativa.

Metodologias de realização da ação:

Nas sessões de formação, recorrer-se-á às seguintes metodologias:

- i) períodos breves de exposição pelo formador;

- ii) trabalho em pequenos grupos para análise de algumas passagens do DL 55/2018, bem como, para análise de algumas concretizações práticas (a título de exemplo) das propostas constantes do referido decreto-lei;
- iii) criação de DAC pelos grupos de trabalho;
- iv) atividades de discussão em grande grupo, em torno de questões colocadas pelos formadores, no sentido de aprofundar a reflexão acerca dos aspetos integrantes dos períodos de exposição e suas implicações práticas.

Regime de avaliação dos formandos:

De acordo com o RJFC – DL 22/2014, de 11 de fevereiro – e nos termos dos n.ºs 5 e 6, do artigo 4.º do Despacho 4595/2015, de 6 de maio, a avaliação dos formandos é expressa numa classificação quantitativa na escala de 1 a 10 valores, de acordo com as menções definidas no ponto 6, do mesmo diploma.

CrITÉRIOS de avaliação:

A avaliação será de natureza predominantemente formativa, incidindo sobre a participação dos formandos nas atividades de discussão e os produtos dos grupos de trabalho. A avaliação sumativa incide sobre um texto individual, de cariz reflexivo, onde o formando:

- i) selecione uma das medidas previstas no DL 55/2018 e a caracterize;
- ii) explicita sinteticamente os fundamentos teóricos pertinentes;
- iii) elenque alternativas conducentes à sua operacionalização, proceda à sua avaliação crítica e faça a opção por uma delas, fundamentando-a;
- iv) identifique os pontos críticos de sucesso da alternativa escolhida.

A classificação final do formando será calculada da seguinte forma:

avaliação formativa – 60%;

avaliação sumativa – 40%.

Bibliografia fundamental:

Cosme, A. (2018). Autonomia e Flexibilidade Curricular. Porto: Porto Editora
Diogo, F., Vilar, A.M. (1998). Gestão Flexível do Currículo. Porto: Edições ASA
Leite, C. (2003). Para Uma escola Curricularmente Inteligente. Porto: Edições ASA
Roldão, M.C., Almeida, S. (2018). Gestão Curricular. Para a Autonomia das Escolas e dos Professores. Lisboa: DGE
Trindade, R. (Coord.) (2018). Autonomia, flexibilidade e gestão curricular: relatos de práticas. Lisboa: Leya, SA